

# **A UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS E A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR**

Chaiane de Medeiros Rosa  
Ana Maria Gonçalves

## **Resumo:**

Considerando a expansão do ensino superior brasileiro, sobretudo a partir dos anos 2000, este artigo tem como objetivo problematizar esse processo em Goiás a partir do Reuni. Nesse sentido, busca compreender as características desse processo no âmbito da única universidade federal do estado, a Universidade Federal de Goiás. Conclui que a expansão provocada pelo Reuni não sobrepôs em termos quantitativos a da rede privada, mas constituiu importante avanço na esfera pública nos anos 2000. Consta que ocorreu uma expansão diversificada, propiciada pela expansão de câmpus no interior, bem como pela criação de novos cursos, ampliação do número de vagas e dos processos seletivos. E reconhece como imperioso que as políticas de acesso devam estar articuladas a políticas que resguardem a permanência, de modo a possibilitar que a nova camada social que chega à universidade conclua seus estudos.

**Palavras-chave:** Ensino Superior. Expansão. Universidade Federal de Goiás.

## **Notas Introdutórias**

Sob a influência de políticas de cunho expansionista e democratizante, desenvolvidas principalmente a partir dos anos 2000, nota-se um processo de ampliação de cursos, vagas e matrículas no ensino superior no Brasil. Essas vagas passaram a ser ofertadas nas modalidades presencial e a distância, buscando atender a diversidade do público apto ao ingresso em cursos de graduação. Além disso, verifica-se um movimento de interiorização do ensino superior, por meio da expansão e criação de novos câmpus desconcentrados das capitais e regiões metropolitanas.

Essas ações foram engendradas em consonância com a meta definida para o ensino superior na gestão do presidente Lula, cujo objetivo era massificar o acesso, atingindo o percentual de 30% dos jovens entre 18 e 24 anos regularmente matriculados nesse nível de ensino, em atendimento a uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001 (Lei nº 10.172, de 2001).

Considerando esse contexto, o que se busca, por meio deste estudo, é investigar como essa expansão se manifestou no cenário estadual, e, de forma bastante específica, como ela se efetivou no âmbito da Universidade Federal de Goiás (UFG). Nesses termos, busca-se compreender as características do processo expansionista em Goiás, salientando seu impacto, bem como procura analisar a expansão promovida pela UFG, especialmente a partir do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), do governo federal.

Este estudo fundamenta-se em pesquisa bibliográfica versando sobre a expansão da educação superior goiana, ancorada em autores como Baldino (1991) e Dourado (1997). Desenvolve-se por meio de pesquisa documental, que inclui registros legais e normativos produzidos no âmbito do governo federal (leis, projetos de lei, decretos) bem como regulamentações definidas na UFG (relatório de gestão, planos de gestão). E, além disso, ancora-se em dados de pesquisa empírica, ao apresentar índices da expansão, tanto no nível estadual, divulgados pelo Ministério da Educação (MEC), quanto no plano da própria universidade, anunciado pelo Centro de Seleção (CS).

### **Panorama da Expansão do Ensino Superior em Goiás**

A dinamização do ensino superior em Goiás, segundo Baldino (1991), consolidou-se no final dos anos 1950 com a criação de duas universidades: a Universidade de Goiaz, atual Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), em 1959, e a UFG em 1960. Ambas nasceram da aglutinação de escolas superiores pré-existentes. Nos anos 1960, foram criadas, ainda, a Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão, particular, em Anápolis, no ano de 1961; a Faculdade de Educação Física do Estado de Goiás, pública, em Goiânia, no ano de 1962; e a Faculdade de Direito de Anápolis, particular, em 1969.

Baldino (1991) alerta que não se deve pensar a expansão do ensino superior somente pela lógica da continuidade. Nesse sentido, destaca uma série de iniciativas que lograram êxito. Para o autor, as condições históricas e compromissos políticos passageiros e diferenciados estão entre os fatores do insucesso dessas iniciativas. Ele destaca, também, que os canais de onde provieram essas iniciativas foram: o poder executivo e a assembleia legislativa, e que nenhum dos projetos se destinava à capital, o que sinaliza uma preocupação com a interiorização do ensino superior em Goiás. Ressalta-se, por fim, que se tratavam de iniciativas da esfera pública estadual. Nesses termos, chegou-se ao ano de

1969 com 6 instituições de ensino superior, sendo 2 públicas e 4 privadas.

No decorrer da década de 1970, a expansão não ocorreu de forma significativa, tendo se consolidado de forma mais efetiva a partir dos anos 1980. Baldino (1991) destaca, no entanto, na década de 1970, a criação da primeira instituição superior municipal, ligada à Fundação Municipal de Rio Verde. Esse mecanismo, único nessa década, foi relevante instrumento expansionista a partir dos anos 1980. Assim, na referida década, foram criadas em Goiás autarquias, fundações municipais e instituições isoladas de ensino, em consonância com o processo de expansão e interiorização do ensino superior no Brasil. Assim, os municípios criaram instituições de ensino superior, de modo a angariar progresso, desenvolvimento, integração e prestígio para si mesmos.

Segundo Dourado (1997), a expansão nos anos 1980 efetivou-se através de formas combinadas ou não, que resultaram na ampliação de vagas, consolidando instituições instaladas e criando novas, essencialmente no setor privado. Desse modo, defende que processo de interiorização das oportunidades educacionais não se efetivou através de mecanismos de planejamento qualitativo, mas como resultado de pressões sociais e barganhas políticas. Alerta, contudo, que a despeito dessa feição, esse processo não foi desordenado, mas orientado por escolhas, resultando, portanto, numa determinada política.

Já na década de 1990, a expansão do ensino superior goiano aconteceu de maneira mais articulada às políticas educacionais do governo federal, sendo que, a ampliação do número de instituições, cursos e matrículas ocorreu sobremaneira a partir de 1995. (RISTOFF; GIOLO, 2006) Segundo dados da Diretoria de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior (Deaes), no ano de 1994, havia em Goiás 36 instituições, sendo 26 públicas e 10 privadas. Já em 2004, o número total de instituições no estado foi elevado para 58, sendo 10 na rede pública e 48 na rede privada. Portanto, no período referenciado, o processo de expansão ocorreu privilegiadamente pela via privada. Ocorreu que, nessa esfera, as instituições de ensino superior em Goiás aumentaram em 380%, ao passo que na rede pública houve uma queda de 61,53% no número de instituições.

Nos anos 2000, a expansão do ensino superior via setor privado continuou como uma tendência nacional, e também se manteve em Goiás. Quando se examina o número de instituições de ensino superior no estado, observa-se um salto de 26,98% em relação ao número total, que passou de 63 em 2003, para 80 em 2010. Nesse contexto, o avanço também se deu, sobretudo, no setor privado, passando de 49 para 72 instituições, com um aumento percentual de 46,93%, enquanto na rede pública o número de instituições reduziu

de 14 para 8. Em 2003, as instituições públicas correspondiam a 22,22% do total de instituições de ensino superior em Goiás, e as instituições privadas representavam 77,78%. Já no final de 2010, as instituições públicas passaram a corresponder a apenas 10% das instituições, ao passo que as instituições privadas chegaram ao índice de 90%.

A tendência de expansão centrada na rede privada em Goiás, no decorrer dos anos 2000, também pode ser observada em relação ao número de cursos de graduação presenciais. Em 2003, os cursos presenciais na rede pública eram 366 e correspondiam a 59,70%, ao passo que os da rede privada eram 247 e representavam 40,30% do número total. Em 2010, os indicadores mostram um total 433 cursos presenciais na rede pública, sendo que na rede privada esse número chegou a 482. De modo geral, o número de cursos passou de 613 em 2003, para 916 em 2010, configurando um aumento de 49,42%.

Com o aumento de instituições e cursos superiores prioritariamente na rede privada, o crescimento das vagas seguiu essa tendência. O total de vagas teve um aumento percentual de 81,95%, passando de 62.143 em 2003, para 113.073 em 2010. As vagas na rede pública começaram a aumentar progressivamente a partir de 2006, chegando ao número de 19.291 em 2010. Sendo assim, considerando o período de 2003 a 2010, as vagas na rede pública de ensino superior em Goiás majoraram 55,64%, passando de 14.906 para 19.291, e as vagas na rede privada aumentaram em 90,25%, passando de 47.237 para 89.873. Nesses termos, apesar do crescimento expressivo de vagas na rede pública, a expansão de vagas na rede privada mostrou-se acentuadamente maior. Com isso, em percentual, a distribuição de vagas, considerando as categorias administrativas, diminuiu na rede pública, que acumulava 23,98% das vagas em 2003 e passou a contar com 20,51% das vagas em 2010; e aumentou na rede privada, que comportava 76,02% do total de vagas em 2003, e evoluiu para 79,49% em 2010.

Essa expansão no número de instituições, cursos presenciais e de vagas no ensino superior goiano contribuiu para o aumento do número de ingresso nesse nível educacional. De 2003 a 2010, o número de ingressantes aumentou em 15,08%, passando de 43.052 para 49.546. Na rede pública o aumento foi de 8,38%, visto que o ingresso passou do número de 13.873 em 2003, para 15.036 em 2010. Já na rede privada a evolução foi de 18,26%, passando de 29.179 ingressantes para 34.510, no mesmo período.

Com a expansão das instituições, as matrículas expandiram na rede privada, passando de 84.525 em 2003, para 120.181 em 2010, o que configura um aumento de 42,18%. Na rede pública, no mesmo período, de forma contrária, as matrículas foram

diminuindo, passando de 53.199 para 52.822, o que corresponde a uma queda de 0,70% no total de matrículas nessa esfera administrativa. Diante desse quadro, as matrículas na rede pública em Goiás, que no ano de 2003 correspondiam a 38,62% do total, no ano de 2010 passaram a representar 30,53%, ao passo que na rede privada o percentual de matrículas evoluiu de 61,38% para 69,47%.

Acompanhando a tendência de evolução do número de matrículas, o número de concluintes do ensino superior na rede pública também foi sofrendo uma retração progressiva ao longo da primeira década dos anos 2000, passando de 10.003 em 2003, para 8.195 em 2010, o que representa uma queda de 18,07%. Já na esfera privada, o número de concluintes aumentou a cada ano, passando de 8.305 para 17.587, um aumento de 111,76%. Com a diminuição progressiva dos concluintes na rede pública e a expansão do número de concluintes na rede privada, houve uma alternância na conformação dos concluintes do ensino superior segundo a categoria administrativa das instituições, de modo que a predominância de concluintes que no ano de 2003, na rede pública, era de 54,63%, passou, em 2010, a se dar na rede privada, na ordem de 68,22%.

Quanto ao quadro de oferta de acesso ao ensino superior em Goiás no decorrer da primeira década do século XXI, é importante observar a evolução da demanda por esse nível de ensino no período referenciado. Mesmo com o progressivo aumento do número de vagas, o número de inscritos não sofreu grande avanço. Na rede pública, no ano de 2005, houve queda no número de inscritos, que atingiu apenas o número de 66.786 inscrições, abaixo do número de 2003, que foi de 71.563 inscritos. Em 2006 esse contingente de inscritos voltou a aumentar, passando para 75.429 e, em 2007, houve nova queda e os inscritos foram em número de 72.327. Em 2008 e 2009 os índices de candidatos voltaram a subir, atingindo patamares de 79.152 e 88.941, de forma respectiva. Em 2010 o número caiu novamente, passando para 81.856. De modo geral, considerando o período entre 2003 a 2010, o aumento do número de inscritos na rede pública foi de 14,38%.

Na rede privada, por sua vez, houve uma queda no número de inscritos em 2004, sendo que o número de candidatos passou de 86.483 em 2003, para 74.381 em 2004. No ano seguinte, o número de candidatos voltou a subir, atingindo um número de 87.550. Em seguida, nos anos de 2006 e 2007, o contingente de inscritos foi equivalente, ficando em número de 76.574 e 76.574, respectivamente. A partir de 2008, o número de candidatos na rede privada aumentou de forma progressiva, chegando a 85.790 em 2008, 93.867 em 2009, e 100.354 em 2010. Portanto, na rede privada o saldo de expansão do número de

inscritos foi de 16,09% no mesmo período.

## **A Universidade Federal de Goiás no Cenário da Expansão do Ensino Superior Público**

Na UFG, durante décadas predominou as atividades de ensino, principalmente por falta de condições efetivas para a realização de pesquisa e extensão. A partir de 1970, a Universidade buscou articular, de fato, ensino, pesquisa e extensão. Mas, foi em 1990 que se consolidaram, efetivamente, a pesquisa, a pós-graduação e as atividades de extensão universitária, o que se tornou possível em razão da qualificação do corpo docente e da produção científica realizada no âmbito da instituição. Também nessa década a Universidade passou por um processo significativo de expansão. (UFG. Plano de Desenvolvimento Institucional, 2011/15)

A UFG foi primeiramente instalada na cidade de Goiânia, no câmpus da Praça Universitária, que recebeu o nome de Câmpus Colemar Natal e Silva, uma homenagem ao primeiro reitor da Universidade. Em razão de seu crescimento, foi criado outro câmpus, numa área conhecida como Fazenda Samambaia, razão pela qual o segundo câmpus da UFG é denominado Câmpus Samambaia. A descentralização da Universidade e seu processo de expansão e interiorização são decorrentes da necessidade de integração e desenvolvimento dos municípios. Foi então que, na década de 1980, a UFG deu início à interiorização dos seus cursos, primeiramente em Jataí (1980), Catalão (1983), posteriormente na Cidade de Goiás (1990). Além desses câmpus, a UFG mantém polos conveniados com o programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), se fazendo presente em vinte e três outras cidades.

Na educação à distância (EAD), a UFG iniciou suas atividades no ano de 2000, o que se efetivou com a criação do Centro de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação a Distância (UFG Virtual). Posteriormente, em 2007, esse órgão foi extinto, sendo criado, pela Resolução nº 02 de 2007 do Conselho Universitário da UFG (Consuni), o Centro de Aprendizagem em Rede (Ciar), com o propósito de implantar e apoiar atividades acadêmicas no âmbito da graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão, relacionadas com tecnologias de informação e comunicação à distância. Nesse âmbito, são oferecidos cursos de graduação em Administração, Artes Visuais, Física, Ciências Biológicas, e Artes Cênicas, e pós-graduação em Metodologia do Ensino Fundamental e Gestão Escolar, além

dos cursos de extensão em Gênero e Diversidade, Geoprocessamento, Educação Integral e Auxiliares de Biblioteca. (UFG. Plano de Desenvolvimento Institucional, 2011/15)

Em 2007, quando foi implementado o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), pelo Decreto nº 6.096 de 2007, cujo propósito era fazer com que as instituições de ensino superior, principalmente as universidades, pudessem colaborar com o desenvolvimento social, econômico e cultural do país, de modo que, para além da inserção regional, as universidades contribuíssem para alavancar a competitividade econômica brasileira em âmbito internacional, a UFG experimentou expressivo crescimento e reestruturação física e de pessoal.

Esse programa governamental, conforme o art. 1º, apresentou como objetivo “criar condições para o acesso e a permanência na educação, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”. Sua principal meta constituía na “elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano”. (Lei nº 10.172, art. 1º, §1º) Desse modo, o programa atinha-se à necessidade de garantir não apenas o ingresso dos estudantes no ensino superior, mas também para a conclusão efetiva dos cursos.

O Reuni, apesar de apresentar diretrizes gerais, não é um sistema centralizado, garantindo liberdade a cada universidade. Exigia, no entanto, que o projeto atendesse ao que era pautado no decreto que o instituiu. Assim, a obediência das universidades, que aderiram ao programa, era necessária em relação às seguintes diretrizes, conforme o art. 2º, do Decreto nº 6.096, de 2007:

- I- ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre as instituições, cursos e programas de educação superior;
- II – revisão da estrutura acadêmica, com a reorganização dos cursos de graduação e metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;
- III- diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;
- IV- articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.

O Reuni contou com a adesão de todas as universidades federais brasileiras, fomentando a expansão do ensino superior público no Brasil. Segundo dados do MEC, de 1990 a 2002, havia no Brasil 148 câmpus de universidades federais, atendendo a 114 municípios. No período de 2003 a 2010, foram criados 126 novos câmpus, em 116 novos

municípios.

Em relação à expansão do ensino superior público, estabeleceu-se como metas na UFG: ampliar a oferta de cursos de graduação presenciais de modo a elevar a “Relação Aluno por Professor” (RAP), bem como elevar o percentual de matrículas noturnas; aumentar a taxa de conclusão dos cursos de graduação (TCG) da UFG para 90%, ao final do processo de expansão; preencher efetivamente 100% das vagas disponíveis no vestibular, com a convocação adicional dos candidatos em lista de espera; identificar 100% das vagas surgidas a partir do terceiro semestre letivo na UFG; e disponibilizar tais vagas para preenchimento por meio de mobilidade (interna e externa), e outras formas de ingresso. (UFG, Plano De Reestruturação e Expansão da Universidade Federal de Goiás, 2008/12) Porém, nem todos os membros da UFG aceitaram sem discussão o desenvolvimento desse projeto. A Faculdade de Educação, por exemplo, em documento datado de 02 de agosto de 2007, em texto intitulado “A Faculdade de Educação e o REUNI”, apresentou o seguinte entendimento sobre o processo de expansão proposto pelo governo:

Chamamos atenção para que qualquer processo de expansão na UFG tenha a observância da qualidade. Não podemos nos submeter às ações próprias do mercado, com novos cursos ou novas expansões, tomando por base o princípio da oferta e da procura. De modo responsável e a seu tempo, as Unidades Acadêmicas vêm apresentando propostas de expansão, cuja pertinência, qualidade e responsabilidade têm sido analisadas pelas instâncias superiores da UFG, antes de decidir por sua aprovação. Não podemos perder esse princípio, pois, fora dele, as razões acadêmicas cedem a acenos populistas com combinações monetárias. Entendemos que a sociedade necessita ser repensada e, como sua parte constitutiva, também a universidade. Devemos, por exemplo, nos debruçar sobre pesquisas que ajudem a sociedade a compreender as razões fundamentais da negação de direitos básicos do cidadão, como saúde, educação, habitação, transporte, lazer e não simplesmente adotar o caminho fácil da chamada inclusão social via benefícios, ou de uma expansão qualquer à cata de recursos. (p. 04)

Entretanto, a despeito do apontamento para a necessidade de uma análise mais acurada, o programa foi instituído na universidade, com indicativo das seguintes ações para aumentar o número de vagas na UFG: elevação do número de vagas dos cursos já existentes; abertura de novas turmas em turnos diferentes dos cursos já existentes; criação de novos cursos de graduação baseados em uma determinada unidade acadêmica; criação de novos cursos de graduação envolvendo diversas unidades acadêmicas; e criação de novos cursos de mestrado e doutorado, além da expansão do número de alunos nos cursos já existentes. (UFG. Plano de Desenvolvimento Institucional, 2011/15)

Na UFG, o Reuni tornou-se responsável principalmente pelas seguintes ações:

(1) pela ampliação dos cursos de graduação do Câmpus Catalão, de 8 cursos em 2005 para 21 em 2012, do Câmpus Jataí, de 11 cursos em 2005 para 24 em 2012; (2) pela implantação do Câmpus da Cidade de Goiás, com quatro cursos de graduação até 2012, exigirá reformulações estatutárias e regimentais importantes, pois, dessa forma, a UFG converte-se em uma instituição *multicampus*; (3) pelo desmembramento da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia (FCHF), do Câmpus Samambaia em Goiânia, em três novas unidades acadêmicas - Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Faculdade de História (FH) e Faculdade de Filosofia (FAFIL); (4) pela criação da Faculdade de Administração, Ciências Econômicas e Ciências Contábeis (FACE). (UFG, Plano de Reestruturação da Universidade Federal de Goiás, 2008/12)

Ao aderir ao Reuni, a UFG comprometeu-se a aumentar o número de vagas no processo seletivo, com vistas a colaborar com a ampliação do índice de matrículas no ensino superior para 30%, segundo meta do Plano Nacional de Educação (PNE) (2001-2010). Assim, de forma gradativa, a instituição envolveu-se no empenho de aumentar o número de 3.963 vagas, em 2008, para 6.695, em 2012. Para alcançar tal intento, uma das estratégias utilizadas foi a duplicação do processo seletivo, de modo que, a partir de 2009, passaram a ocorrer dois vestibulares por ano, sendo um para o ingresso no início do primeiro semestre, e outro para ingresso no segundo semestre de cada ano letivo.

De acordo com o PDI/UFG 2011-2015, a primeira fase do programa de expansão da UFG deu-se no interior, especificamente nos câmpus de Catalão e Jataí, os quais foram contemplados com ações do Programa Brasil Universitário, dentre as quais está o Reuni. Assim, em razão do convênio assinado em 2005 entre a UFG e a Secretaria de Ensino Superior (Sesu), um montante de R\$ 6.705.904,00 foi destinado para obras, aquisição de equipamentos e despesas de custeio. Em 2010, a UFG executou por meio do Programa Brasil Universitário um montante de R\$ 418.226.235,91, valor correspondente a 64,04% da despesa total da instituição. (UFG. Relatório de Gestão, 2010)

A partir de 2003 até 2006, o número de cursos na instituição aumentou de 69 para 76, o que corresponde a uma evolução de 10,14%. Com a implementação do Reuni em 2007 foi possível investir, na UFG, em instalações físicas em toda a Universidade, incluindo nos câmpus de Catalão, Jataí e Cidade de Goiás. O aumento do número de cursos também se tornou expressivo em números a partir das ações do Reuni. O número total de cursos passou de 76 em 2006, para 133 em 2012, um aumento percentual de 75%. No interior, houve uma ampliação do total de cursos, que passaram de 19 em 2006, para 48 em 2012, atingindo uma elevação de 152,63%. Na Cidade de Goiás, o aumento no número de cursos foi de 2 cursos (200%), em Jataí de 14 cursos (140%), e em Catalão de 13 cursos (162,5%).

Além de novas turmas e modalidades de cursos já existentes, foram criados os cursos de Engenharia Civil (integral), Engenharia de Minas (integral), Engenharia de Produção (integral), Matemática Industrial (predominantemente matutino), Enfermagem (integral) e Ciências Sociais (matutino), no câmpus Catalão; Ciências da Computação (integral), Enfermagem (integral), Engenharia Florestal (integral), Fisioterapia (integral) e Direito (predominantemente noturno), no câmpus Jataí; Arquitetura e Urbanismo (integral), Engenharia de Software (predominantemente noturno), Engenharia Florestal (integral), Engenharia Mecânica (integral), Engenharia Química (integral), Estatística (predominantemente noturno), Ciências Geoambientais (integral), Sistema de Informação (predominantemente noturno), Ecologia e Análise Ambiental (integral), Zootecnia (integral) Biotecnologia (integral), Museologia (predominantemente noturno), Gestão da Informação (predominantemente matutino), Direção e Produção de Arte (predominantemente noturno) e Dança (predominantemente matutino), em Goiânia; e Filosofia (predominantemente noturno) e Serviço Social (predominantemente noturno), na Cidade de Goiás.

Em decorrência da ampliação do número de cursos, também se conseguiu aumentar o número de vagas no ensino superior na Universidade em 52,76%, passando de 3.783 vagas em 2007, anterior ao início da expansão via Reuni, para 5.779 em 2011. Em Goiânia, a expansão nas vagas foi da ordem de 59,16%, passando de 2.488 vagas em 2007, para 3.960 em 2011; e nos câmpus do interior a expansão foi de 40,46%, passando de 1.295 para 1.819 vagas no mesmo período. Nota-se, portanto, que houve a distribuição do número total de vagas em todos os câmpus da Universidade. Esse formato de expansão contribuiu também para o processo de democratização do acesso, uma vez que a criação de novas vagas não ficou concentrada na capital.

Em análise do quantitativo de inscritos nos vestibulares da UFG pode-se perceber que, a partir das ações do Reuni na Universidade, a demanda aumentou 46,49%, de modo que o número de inscritos passou de 29.322 em 2007, anterior ao programa, para 42.954 em 2011. Na capital, o número de inscritos passou de 25.276 para 36.306, um aumento percentual de 43,63%; ao passo que nos câmpus do interior o aumento foi de 64,31%, com a expansão do número de inscritos de 4.046 em 2007, para 6.648 em 2011.

### **Considerações Finais**

Em Goiás, os resultados das políticas voltadas para a expansão do acesso ao ensino superior são muito importantes, tendo em vista que houve uma evolução no número de instituições, cursos, vagas, ingressos, matrículas, e concluintes, o que acarretou inclusive no aumento da demanda. Contudo, há que se reconhecer que o formato do processo de expansão em Goiás, consolidado no decorrer dos primeiros anos do século XXI, foi centralizado no setor privado.

Nesse sentido, a expansão provocada pelo programa Reuni na UFG, por mais que não tenha sido suficiente para sobrepor em termos quantitativos a expansão que ocorreu majoritariamente na rede privada, constituiu um avanço importante em termos expansionistas na esfera pública nos anos 2000. Verifica-se que na Universidade ocorreu uma expansão diversificada, propiciada pela expansão de câmpus desconcentrados em relação à capital, bem como pela criação de novos cursos, aumento do número de vagas, e ampliação dos processos de seleção para atender maior número de alunos. Essas ações acarretaram no alargamento da demanda por vagas na Universidade, posto que os estudantes perceberam melhores perspectivas de ingresso.

Entretanto, é preciso refletir que a partir do Reuni foram criados cursos nas diversas áreas do saber, mas principalmente no bacharelado. Nas licenciaturas foram priorizadas novas turmas dos cursos já existentes. Já em relação aos horários dos cursos, a maioria dos cursos criados foram os de tempo de dedicação integral. Com isso, depreende-se que a expansão via Reuni na UFG, apesar de promover a ampliação significativa do número de vagas nos diversos câmpus, deu-se por um modelo de expansão que contribui principalmente para os que possuem condições efetivas de realizar um curso sem trabalhar ou com bolsa.

Sendo assim, a despeito do reconhecimento da relevância da expansão do ensino superior para o acesso ampliado de estudantes nesse nível de escolaridade, ainda há uma lacuna em termos de inserção de pessoas com condições financeiras desfavoráveis na Universidade. É, portanto, imperioso reconhecer que as políticas voltadas para a expansão do acesso carecem de ser articuladas com as políticas de democratização, especialmente as que resguardam a permanência, de modo a possibilitar que a diversidade de sujeitos que compõem a sociedade brasileira, com suas limitações de cunho social, econômico, cultural, e de quaisquer outros aspectos, tenham acesso pleno à educação superior, e não tenham suas trajetórias dificultadas ou interrompidas por deficiência nas condições que levam à realização plena dos cursos de graduação.

## Referências

ALMEIDA, Z. C. M. de. *A extensão universitária: uma terceira função*. Campinas, Unicamp, 1991.

BALDINO, J. M. *Ensino Superior em Goiás em tempos de euforia: da desordem aparente à expansão ocorrida na década de 80*. Faculdade de Educação/FE/UFG (Dissertação de Mestrado), 1991.

BRASIL. Presidência da República. Decreto. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Lei. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2001.

DOURADO, Luiz Fernandes. *Expansão e interiorização do Ensino Superior em Goiás nos anos 80: a política de privatização do público*. Faculdade de Educação/UFRJ. (Tese de Doutorado), 1997.

RISTOFF, Dilvo; GIOLO, Jaime (Orgs.). *Educação Superior Brasileira: 1991-2004*. Goiás. Brasília: Inep, 2006.

SILVA, M. J.. *A história do Campus Avançado de Catalão da Universidade Federal de Goiás: 1983-2002*. Goiânia: Editora da UCG, 2009.

UFG. Centro de Seleção (CS). Edital nº 021, de 2012. Goiânia: UFG, 2012.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Edital nº 051, de 2012. Goiânia: UFG, 2012.

\_\_\_\_\_. Faculdade de Educação (FE). A Faculdade de Educação e o REUNI. Goiânia, 02 de agosto de 2007.

\_\_\_\_\_. Plano de Desenvolvimento Institucional 2011-2015. Goiânia: UFG, 2010.

\_\_\_\_\_. Plano de Reestruturação e Expansão da Universidade Federal de Goiás. Goiânia: UFG, 2008

\_\_\_\_\_. Relatório de Gestão 2010. Goiânia, 2011.